

CONJUNTURA – SAÚDE SUPLEMENTAR

IESS – INSTITUTO DE ESTUDOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR

14ª EDIÇÃO
JULHO DE 2011

Editorial

As perspectivas para a economia Brasileira divulgadas no boletim Focus do BACEN apontam para um crescimento do PIB bem mais modesto este ano, de 3,9%, e inflação de 6,2%. Este panorama contrasta com o crescimento de 7,5% da economia em 2010.

Em 2011, a inflação ultrapassou o limite superior da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. O IPCA já registra 6,55% no acumulado nos últimos 12 meses e há uma grande chance de não cumprimento da meta de 4,5% para 2012.

No centro da discussão está a indexação da economia. Esta prática se acentuou nos últimos anos e, prova disso, é que o próprio reajuste do salário mínimo foi indexado à variação da inflação do ano anterior somado ao crescimento do PIB de dois anos antes (lei nº 12.382/2011). Portanto, para 2012, a previsão de reajuste para o salário mínimo é de 13,7% (crescimento do PIB de 2010, 7,5%, somado à inflação esperada para este ano, 6,2%). O reajuste do salário mínimo pode ter influência sobre os reajustes gerais de salário e sobre as despesas da previdência social, causando elevações abruptas na renda, o que pode levar à aceleração da inflação. Não é difícil demonstrar isso. Com o aumento de renda, o desejo mais básico é de consumo. Contudo, para aumentar a oferta, a indústria precisa de crédito, disponível e barato, e de tempo para fazer e maturar os investimentos. O descompasso entre uma demanda em rápida expansão e a oferta crescendo de forma mais tímida leva ao aumento de preços.

Na saúde suplementar há propostas que colocadas em prática poderiam levar à indexação. Um exemplo seria indexar o reajuste da prestação dos serviços de saúde ao reajuste definido pela ANS para os planos individuais. Vale ressaltar que a variação de custos dos planos de saúde é diferente da variação nos outros segmentos do setor de saúde. Para os planos de saúde o aumento no custo pode vir tanto da elevação do preço quanto da frequência de uso dos serviços de assistência à saúde. Para os prestadores de serviços de saúde, por outro lado, a variação de custo

tem como fonte apenas a mudança no preço de seus insumos, pois o aumento na frequência de utilização significa maiores receitas para os prestadores.

Outra questão importante está relacionada aos desafios de equilíbrio econômico-financeiros do setor. Atualmente, existem 1420 operadoras, das quais 71% são de pequeno porte (até 20.000 beneficiários). Em recente levantamento do IESS, com base em resoluções da ANS, foram identificadas 181 operadoras atualmente em regime de direção fiscal. Em dezembro de 2010, essas operadoras possuíam 2.464.370 beneficiários, cerca de 4% do total de beneficiários de planos de saúde. A maior parte dessas operadoras (79%) é de pequeno porte.

Todavia, o cenário para a saúde suplementar como um todo é positivo. O bom desempenho do mercado de trabalho garante o ingresso de um número expressivo de beneficiários nos planos de saúde, especialmente nos coletivos (crescimento de 13,9% em 2010). O número de beneficiários de planos individuais também cresce, porém a taxas menores (5,4%).

A satisfação geral dos beneficiários com os planos de saúde é elevada, conforme indicam as pesquisas. Em pesquisa de opinião recente, encomendada pelo IESS ao Instituto Datafolha, foi identificado que 80% dos beneficiários de planos de saúde estão muito satisfeitos ou satisfeitos com o seu plano (foram entrevistados 1.626 beneficiários em regiões metropolitanas). Reforça este resultado a pesquisa PNAD/IBGE publicada em 2010, referente a setembro de 2008. A PNAD mostrou que 81% dos beneficiários de planos entrevistados estavam muito satisfeitos ou satisfeitos com seus planos (foram entrevistadas 390.000 pessoas).

A pesquisa IESS/Datafolha também aponta que os planos de saúde são o segundo bem mais desejado pelos consumidores, atrás apenas da casa própria.

Luiz Augusto Carneiro
Superintendente Executivo

Gráfico 1 – Variação trimestral do PIB em relação ao mesmo trimestre em anos anteriores

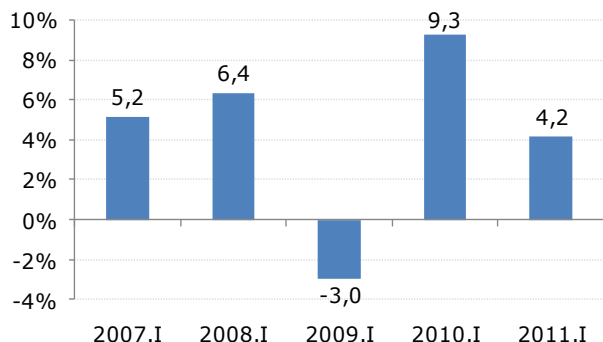


Tabela 1 - Expectativas de mercado para 2011

| Indicador | Expectativa |
|---------------------|-------------|
| IPCA (%) | 6,16 |
| IGP-M (%) | 6,16 |
| Meta Taxa Selic (%) | 12,50 |
| Câmbio (R\$/US\$) | 1,60 |
| PIB (%) | 3,95 |

Fonte: Boletim Focus divulgado dia 24/Jun/2011

Gráfico 2 - Nível trimestral de Investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) em relação ao PIB 2007.I-2011.I

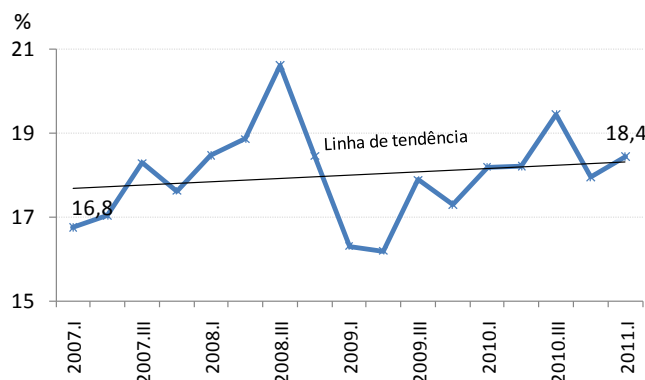
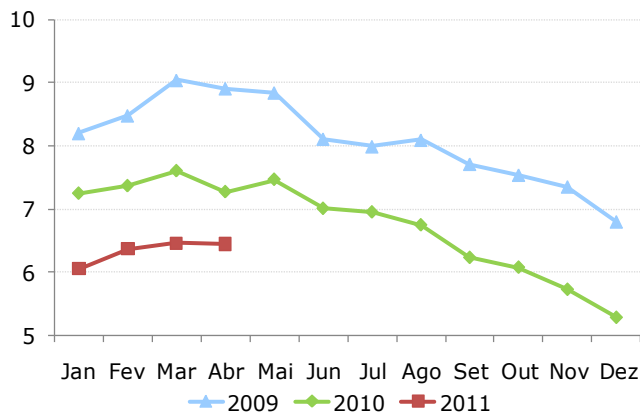


Gráfico 3: Taxa de desemprego (% da PEA)



1. Cenário macroeconômico

1.1 Nível de Atividade

O PIB brasileiro alcançou o valor de R\$ 939,6 bilhões no 1º trimestre de 2011, um crescimento de 4,2% em relação ao mesmo período de 2010 (Gráfico 1). De acordo com o boletim Focus do Banco Central, a expectativa do mercado é de crescimento de 3,9% este ano e inflação de 6,2% (Tabela 1).

Na série com ajustes sazonais, o PIB cresceu 1,3% em relação ao quarto trimestre de 2010. Em nível setorial, o melhor desempenho foi da Agropecuária, que cresceu 3,3%, principalmente devido ao aumento da produtividade de alguns produtos agrícolas que têm safra relevante nos três primeiros meses do ano (soja (6,3%), milho (3,0%), arroz (18,4%), algodão (69,5%) e fumo (16,3%). A Indústria também apresentou crescimento acima da média da economia, de 2,2% em relação ao quarto trimestre de 2010. Já o setor de serviços ficou abaixo da média, com crescimento de apenas 1,1%.

Um dos fatores que contribuiu para a queda no nível de atividade foi o aperto na política monetária, com a elevação da taxa básica de juros que teve início ao fim das eleições. Enquanto a elevação da taxa básica de juros tem impacto de redução na demanda, o aumento na fração da renda que é destinada ao investimento tem impacto de aumento na oferta de bens e serviços. Contudo, nota-se que a fração da renda do país destinada ao investimento, em torno de 18,4%, ainda é baixa se comparada, por exemplo, à China (46%) (Gráfico 2). Este pode ser um dos fatores que freiam o crescimento da produção no país.

1.2 Emprego - PME

No primeiro trimestre de 2011 foram criados 525.565 novos postos de trabalho, número inferior ao do mesmo período de 2010, que foi de 657.259. Contudo, a taxa de desemprego de 6,4% foi menor em relação ao mesmo período de 2009 e 2010 (Gráfico 3).

O volume de empregos criados foi maior no mercado formal. Enquanto os trabalhadores com carteira assinada representavam 50,9% da população ocupada nas regiões metropolitanas em março de 2010, no mesmo mês deste ano passaram a 53% (Tabela 1). Por outro lado, a população sem carteira assinada dimi-

Equipe Técnica:

Luis Augusto Carneiro - Superintendente Executivo
 Amanda Reis - Consultora
 Marcos Novais – Consultor
 Francine Leite – Consultora
 Mauricio Rodrigues - Consultor

Gráfico 4: Número de pessoas empregadas em 31/12 com carteira assinada. 2001-2010 RAIS/MTE

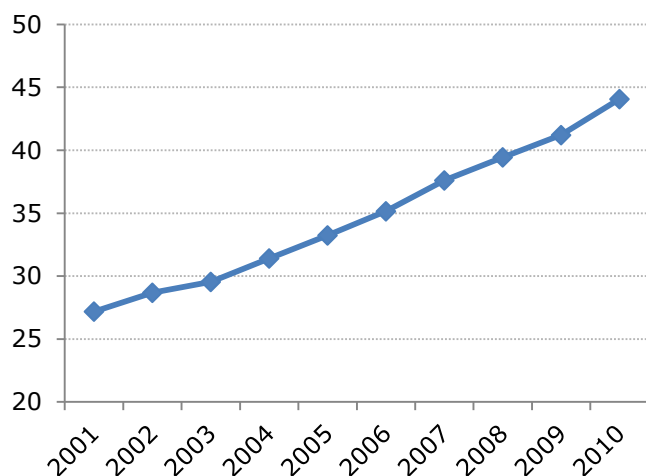


Gráfico 5: Rendimentos médios reais habitualmente recebidos segundo setor e posição na ocupação

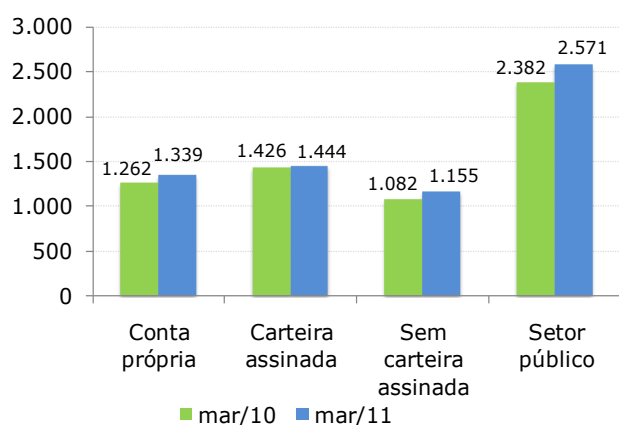
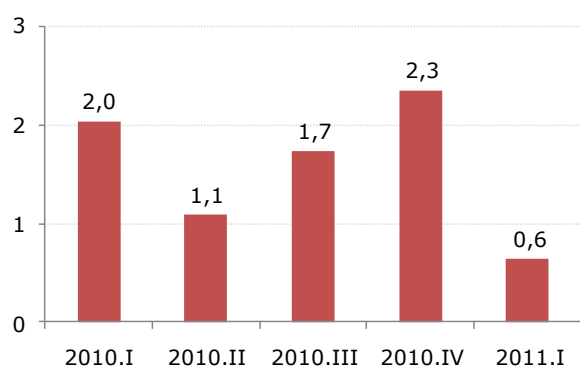


Gráfico 6: Variação trimestral (%) da despesa de consumo das famílias (Série com ajuste sazonal - Base: média 1995=100)



nuiu 1,1 ponto percentual em relação a março de 2010, sinalizando formalização de empregos. Em geral, o emprego formal tem apresentado tendência de elevação nos últimos 10 anos, de acordo com os dados da RAIS/MTE (dados disponíveis até 2010 - Gráfico 4).

1.3 Renda - PME

O rendimento real da população ocupada cresceu 4% em março de 2011 em comparação a março de 2010 nas regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, atingindo a média de R\$ 1.568,41. Entre as categorias de inserção no mercado de trabalho, o rendimento dos trabalhadores com carteira assinada foi o que apresentou o menor crescimento entre março de 2010 e março de 2011 (1,24%), enquanto os trabalhadores sem carteira assinada apresentaram o segundo maior aumento no rendimento, de 6,76%(Gráfico 5). Os trabalhadores do setor público, que possuem o maior rendimento médio, foram os que apresentaram maior aumento na renda (7,96%).

1.4. Consumo

O consumo teve forte desaceleração no primeiro trimestre de 2011. Em 2010, o consumo das famílias aumentou significativamente, a variação foi de 7% no ano e 2% no 1º trimestre. Em 2011, o consumo cresceu apenas 0,6% no 1º trimestre (Gráfico 6). Esse resultado pode ter sido influenciado pela elevação da taxa de juros, que tornou o crédito mais caro reduzindo o poder de compra dos consumidores. Ainda assim, as famílias gastaram o correspondente a 63,4% do PIB, valor ligeiramente superior ao do primeiro trimestre de 2010, que foi de 63,2%.

1.5 Inflação

O IPCA, principal índice de inflação da economia, subiu 3,72% no acumulado de janeiro a maio de 2011 e 6,55% nos últimos 12 meses. O crescimento da inflação nesse início do ano foi influenciado, principalmente, pelo preço dos alimentos e combustíveis. Diante desse cenário, o Banco Central elevou a projeção da inflação em 2011 de 5% para 5,6%, taxa superior à meta delimitada pelo CMN - Conselho Monetário Nacional, de 4,5%. Em maio, a inflação apresentou desaceleração, com alta de 0,47%, ante o avanço de 0,77% em abril. A queda da taxa de inflação é reflexo, principalmente, do comportamento dos preços

Gráfico 7: Meta - Taxa Selic (%) - Jun/09 a Jun/11

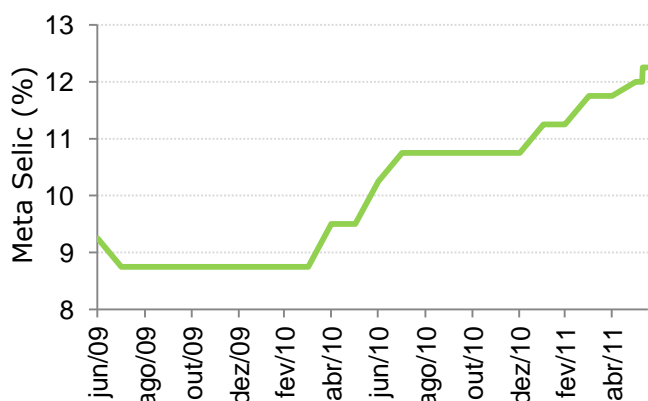
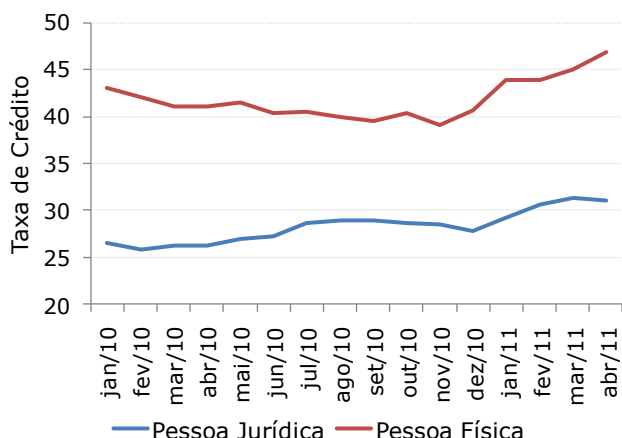


Gráfico 8: Taxas de juros das operações de crédito com recursos livres



dos combustíveis, que após uma variação positiva de 6,53% em abril, apresentaram queda de 0,35% em maio. Também houve influência das medidas prudenciais tomadas pelo Banco Central, desde dezembro de 2010, como a elevação da taxa de juros e a restrição ao crédito.

1.6 Taxas de Juros e Mercado de Crédito

As pressões inflacionárias levaram o BACEN a decidir pela elevação da taxa básica de juros – SELIC – neste primeiro trimestre. Na primeira reunião do Comitê de Política Monetária, o conselho elevou a taxa Selic de 11,25% para 11,75%, em abril, e junho foram adicionados mais 0,25 pontos percentuais em cada reunião, chegando aos 12,25% (Gráfico 7).

O aumento do crédito é uma das causas para o crescimento da demanda por bens e serviços, e tem impacto direto na inflação. Desde o início de 2010, a taxa de juros para pessoa física vinha diminuindo continuamente, tendência que se reverteu a partir de dezembro daquele ano (Gráfico 8). Desde 2010 as autoridades monetárias vêm adotando medidas para desaquecer a demanda, o que já se refletiu em uma taxa de crescimento menor para o consumo das famílias (0,6%).

1.7 Câmbio

A taxa de câmbio segue a tendência de valorização do Real frente ao Dólar desde o segundo semestre de 2010. Ao fim do primeiro trimestre, o câmbio era de R\$ 1,63 e fechou o mês de maio a R\$ 1,58. O governo tem tomado medidas para conter a valorização do real. Entre as medidas estão a elevação dos impostos para a captação de recursos no exterior por bancos e empresas e taxação dos investimentos estrangeiros. Contudo, a desvalorização da moeda norte-americana está ocorrendo em todo o mundo, principalmente por causa das medidas do governo Obama, que visam a estimular o crescimento econômico, como juro baixo e compra antecipada de títulos do governo. Outros fatores que influenciam a queda do dólar é o crescimento dos países emergentes, atraindo capital externo, que buscam maiores taxas de retorno, e as taxas de juros reais mais elevadas do mundo praticadas pelo Brasil (taxa nominal descontada a inflação).

Equipe Técnica:

Luis Augusto Carneiro - Superintendente Executivo
 Amanda Reis - Consultora
 Marcos Novais – Consultor
 Francine Leite – Consultora
 Mauricio Rodrigues - Consultor

1.8 Resumo – Cenário macroeconômico

| Variável | Jan-Mar 2010 | Jan-Mar 2011 | Δ% no período |
|--|-----------------|-----------------|-----------------------|
| PIB (R\$ Milhões correntes) | 835,2 | 939,6 | 4,2 |
| Consumo do governo (R\$ Milhões correntes) | 166,7 | 178,9 | 2,1 |
| Consumo das famílias (R\$ Milhões correntes) | 527,6 | 595,4 | 5,9 |
| Emprego e Renda (PME/IBGE – 8 regiões metropolitanas) | Mar/10 | Mar/11 | Δ% Em 12 meses |
| Pop. Ocupada (mil) | 21.747 | 22.279 | 2,4 |
| Empregados com carteira assinada (milhares) | 11.069 | 11.814 | 6,7 |
| Empregados no setor público (milhares) | 1.589 | 1.665 | 4,8 |
| Renda média real (R\$) | | | |
| Setor privado com carteira assinada (R\$) | 1.399,87 | 1.433,70 | 2,4 |
| Setor público (R\$) | 2.337,21 | 2.552,40 | 9,2 |
| Inflação | Mar/10 | Mar/11 | |
| IPCA (%) – Variação em 12 meses | 5,2 | 6,3 | |
| IGP-M (%) – Variação em 12 meses | 1,9 | 10,9 | |
| Juros e Câmbio | Mar/10 | Mar/11 | Δ% Em 12 meses |
| Taxa de Juros Selic (%) | 8,75 | 11,75 | + 3,0 p. p. |
| Câmbio (R\$/US\$) - Último dia do mês | 1,78 | 1,63 | -8,4% |
| Emprego e Saúde Suplementar no Brasil | Dez/2009 | Dez/2010 | Δ% Em 12 meses |
| Pop. Ocupada Brasil – RAIS (mil) | 41.208 | 44.068 | 6,9 |
| Beneficiários de planos de saúde | 41.924 | 45.570 | 8,7 |
| Beneficiários de planos coletivos | 30.400 | 33.821 | 11,3 |

Fonte: IBGE, Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil

Equipe Técnica:

Luis Augusto Carneiro - Superintendente Executivo
 Amanda Reis - Consultora
 Marcos Novais – Consultor
 Francine Leite – Consultora
 Mauricio Rodrigues - Consultor

www.iness.org.br

2. Saúde Suplementar em Números

Os últimos dados disponíveis para o setor de saúde suplementar foram os divulgados em março de 2011, com data-base dezembro de 2010, já analisados na 16ª Edição da Nota de Acompanhamento do Caderno de Informação da Saúde Suplementar de março de 2010, disponível em <http://iess.org.br/Naciss16edmar11.pdf>

Equipe Técnica:

Luis Augusto Carneiro - Superintendente Executivo
Amanda Reis - Consultora
Marcos Novais – Consultor
Francine Leite – Consultora
Mauricio Rodrigues - Consultor

www.iess.org.br

| Brasil | | Assistência Médica | | | | | | | |
|-----------------------------|--------------------------|--------------------|------------------|--------------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|
| | | Beneficiários | Participação (%) | Variação (%) | | | | | |
| | | | | 4° Tri/09 | 1° Tri/10 | 2° Tri/10 | 3° Tri/10 | 4° Tri/10 | 12 Meses |
| Total | | 45.570.031 | | 1,9 | 1,9 | 1,2 | 2,4 | 2,4 | 8,1 |
| Capital | | 19.166.538 | 42,1 | 1,7 | 1,3 | 0,6 | 2,6 | 2,1 | 6,8 |
| Região Metropolitana | | 31.593.365 | 69,3 | 2,0 | 1,8 | 1,1 | 2,6 | 2,4 | 8,1 |
| Contratação | Individual | 9.518.120 | 20,9 | 0,9 | 1,0 | 1,1 | 1,8 | 0,7 | 4,6 |
| | Coletivo | 33.821.086 | 74,2 | 2,3 | 2,4 | 1,7 | 3,0 | 3,2 | 10,7 |
| | Empresarial | 26.755.347 | 58,7 | 2,7 | 3,3 | 2,5 | 3,9 | 3,7 | 14,1 |
| | Por Adesão | 7.015.291 | 15,4 | 1,1 | -0,4 | -1,1 | -0,4 | 1,4 | -0,6 |
| | Não informado | 50.448 | 0,1 | -2,8 | -4,0 | 3,4 | -0,5 | -0,5 | -1,7 |
| | Não Informado | 2.230.825 | 4,9 | 0,8 | -1,2 | -4,0 | -2,8 | -2,8 | -10,3 |
| Época do Contrato | Antigos | 8.543.871 | 18,7 | -1,0 | -1,2 | -2,6 | -1,6 | -1,2 | -6,4 |
| | Novos | 37.026.160 | 81,3 | 2,7 | 2,7 | 2,2 | 3,4 | 3,3 | 12,2 |
| Faixa Etária | 0 a 18 anos | 11.374.765 | 25,0 | 2,1 | 1,7 | 1,4 | 2,3 | 2,0 | 7,6 |
| | 19 a 58 anos | 28.701.604 | 63,0 | 1,9 | 2,0 | 1,2 | 2,5 | 2,6 | 8,6 |
| | Acima de 59 anos | 5.478.523 | 12,0 | 1,6 | 1,8 | 1,0 | 2,0 | 1,9 | 6,9 |
| Gênero | Masculino | 21.391.436 | 46,9 | 1,9 | 2,0 | 1,3 | 2,6 | 2,6 | 8,8 |
| | Feminino | 24.178.595 | 53,1 | 1,9 | 1,8 | 1,2 | 2,2 | 2,2 | 7,6 |
| Modalidade | Autogestão | 5.311.299 | 11,7 | 0,4 | 2,6 | -0,6 | 0,2 | 1,3 | 3,4 |
| | Cooperativa | 16.458.570 | 36,1 | 2,4 | 1,8 | 2,4 | 3,2 | 2,4 | 10,1 |
| | Filantropia | 1.529.098 | 3,4 | 1,9 | 2,7 | 3,5 | 2,4 | 1,1 | 10,0 |
| | Medicina de Grupo | 16.833.111 | 36,9 | 1,7 | 1,8 | 0,7 | 2,1 | 2,7 | 7,4 |
| | Seguradora | 5.437.953 | 11,9 | 2,8 | 1,4 | 1,0 | 3,4 | 2,9 | 8,9 |
| Segmentação | Referência | 6.440.534 | 14,1 | 1,5 | 3,8 | 1,6 | 1,8 | 2,3 | 9,8 |
| | Hosp. e Amb. | 34.063.194 | 74,7 | 2,0 | 1,9 | 1,9 | 2,8 | 2,8 | 9,8 |
| | Hospitalar | 670.722 | 1,5 | 0,0 | -4,0 | -7,9 | 7,0 | 1,8 | -3,7 |
| | Ambulatorial | 2.200.331 | 4,8 | 3,0 | 1,6 | -0,6 | 2,2 | 1,1 | 4,4 |
| | Não Informado | 2.195.250 | 4,8 | 0,9 | -1,2 | -3,9 | -2,6 | -2,8 | -10,1 |
| Brasil | | Odontológico | | | | | | | |
| | | Beneficiários | Participação (%) | Variação (%) | | | | | |
| | | | | 4° Tri/09 | 1° Tri/10 | 2° Tri/10 | 3° Tri/10 | 4° Tri/10 | 12 Meses |
| Total | | 14.575.160 | | 6,6 | 2,3 | 1,5 | 4,2 | 5,1 | 13,7 |
| Capital | | 7.085.030 | 48,6 | 7,7 | 2,4 | 1,8 | 5,8 | 8,0 | 19,1 |
| Região Metropolitana | | 10.899.252 | 74,8 | 7,8 | 3,2 | 1,7 | 5,0 | 5,6 | 16,3 |
| Contratação | Individual | 2.352.377 | 16,1 | 10,7 | 0,9 | 1,5 | 6,1 | 2,3 | 11,1 |
| | Coletivo | 12.063.353 | 82,8 | 5,8 | 2,5 | 1,6 | 4,0 | 5,9 | 14,7 |
| | Empresarial | 8.970.613 | 61,5 | 7,7 | 5,1 | 14,6 | 6,4 | 8,2 | 38,6 |
| | Por Adesão | 2.862.140 | 19,6 | 3,1 | -1,7 | -21,9 | -2,2 | 0,0 | -24,8 |
| | Não informado | 230.600 | 1,6 | -2,1 | 0,0 | -0,6 | 0,1 | -1,3 | -1,9 |
| | Não Informado | 159.430 | 1,1 | 4,6 | 3,4 | -5,5 | -3,3 | -11,2 | -16,1 |
| Época do Contrato | Antigos | 450.315 | 3,1 | -4,7 | -0,8 | -5,4 | -3,0 | -6,8 | -15,1 |
| | Novos | 14.124.845 | 96,9 | 7,1 | 2,4 | 1,8 | 4,5 | 5,5 | 14,9 |
| Faixa Etária | 0 a 18 anos | 3.264.214 | 22,4 | 6,6 | 2,0 | 1,3 | 3,9 | 5,1 | 12,8 |
| | 19 a 58 anos | 10.653.248 | 73,1 | 6,6 | 2,3 | 1,4 | 4,3 | 5,1 | 13,8 |
| | Acima de 59 anos | 654.177 | 4,5 | 6,0 | 2,3 | 3,3 | 4,2 | 4,7 | 15,3 |
| Gênero | Masculino | 7.287.893 | 50,0 | 6,4 | 2,4 | 1,5 | 4,0 | 5,1 | 13,6 |
| | Feminino | 7.287.267 | 50,0 | 6,7 | 2,1 | 1,5 | 4,5 | 5,1 | 13,7 |

Equipe Técnica:

Luis Augusto Carneiro - Superintendente Executivo
 Amanda Reis - Consultora
 Marcos Novais - Consultor
 Francine Leite - Consultora
 Mauricio Rodrigues - Consultor

www.ies.org.br